

Lembranças de *História e consciência de classe*¹

Paulo Eduardo Arantes (USP)

É sempre uma revelação reler *História e Consciência de Classe* (HCC), mas obviamente se trata de um modelo irrepetível, de um livro escrito num momento de estado de graça histórico, em que a Revolução ainda estava na ordem do dia. Daí um sem número de proezas, hoje literalmente impossíveis, como utilizar no seu campo próprio as armas do adversário, mas especificamente a filosofia clássica alemã, antes da queda, e a sociologia alemã da modernização (Weber), esta depois da queda. Isto ao perceber que a filosofia materialista-popular deveria ser mesmo um disparate – daí a condenação subsequente, mas não só por isso. Por suposto, sua matriz é a Crítica da Economia Política e não mais a filosofia tradicional por definição. Dito isto, foi o primeiro e o último a poder juntar com evidente apoio na realidade, os dois elementos constitutivos do marxismo, o momento dinâmico da revolução socialista em marcha e a crítica do fetichismo da mercadoria presente na “objetividade” petrificada da relação da consciência com o mundo moderno.

No imediato pós-guerra, senão antes, esta exposição de mão dupla já estava fora de combate, tanto é (assim lhes parecia) que aos poucos os frankfurtianos históricos foram se atendo unicamente à segunda parte, convencidos de que uma simbiose demoníaca entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção, congelando a Revolução, deixara disponível apenas a porta estreita da crítica materialista da alienação.

E a filosofia, que é o que nos interessa enquanto gênero pretérito, artificialmente redivivo no Brasil da cultura universitária transplantada? Posso dizer que Lukács soube fazer render o seu fim, dela, filosofia, para falar de uma maneira um tanto filistina. Ignorou 48. Não sem paradoxo, pois sendo o primeiro a identificar aquele episódio na história da desintegração da cultura burguesa, irá fazê-lo no momento do retrocesso stalinista ao mesmo tempo em que reabilitará no campo “proletário” (na falta de melhor termo) a filosofia tradicional na forma de uma Ontologia, do Social ao Estético, com direito à valorização de Nicolai Hartmann e tudo.

Mas voltemos. Acho que cheguei a lembrar que o tema jovem hegeliano “fim da filosofia” – que em absoluto não é o meu, insisto – entrou na ordem do dia acompanhado de uma palavra de ordem correlata, a saber: realização da filosofia, entendida como negação de sua existência em separado, negação visada por sua vez como trampolim de uma emancipação, no caso, de uma das figuras da vida alienada de si mesma, cindida por uma mediação imaginária. Se não me engano, também devo ter dito que, a ser assim, o motivo “fim da filosofia” teria que ser tomado como um enunciado filosófico, ainda que o último deles, como o derradeiro teorema de uma filosofia da história, além do mais, como seria de se prever, de cunho hegeliano estrito, não que fosse esta especificamente a filosofia hegeliana da história, mas por encarnar aquilo mesmo que segundo Hegel, como vimos, se deveria entender por filosofia. O que fará Lukács mais adiante, em HCC: o que é a atualidade da presente época histórica elevada ao plano do conceito senão a Revolução?

¹ Esse texto é uma digressão sobre Lukács no meio de uma conversa sobre filosofia e vida nacional entre Paulo Arantes, Christine Röhring, Maria Elisa Cevalco e Iná Camargo Costa. A conversa integral encontra-se em: ARANTES, Paulo Eduardo. O Fio da Meada – Uma conversa e quatro entrevistas sobre Filosofia e vida nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Mas, retomando o fio. Concebida nestes termos, uma filosofia da história gira em torno da idéia objetiva de Razão. Necessito agora fazer uma breve exposição, inclusive para que a gente possa apreciar melhor a imensa distancia histórica que nos separa do último filósofo, justamente derradeiro por se encontrar no limiar da chamada Modernidade, não me cansarei de insistir. (Outro parêntese: só daria para entender um Discurso Filosófico da Modernidade como uma narrativa das várias figuras dessa impossibilidade, e não como a sua legitimação filosófica em novas bases, a meu ver apologéticas, já que correríamos pelo trilho da normalidade capitalista que pelo menos há duas décadas deixou de sê-lo com o fim da regulação Keynesiana).

Razão para Hegel não é mera faculdade de conhecer, ainda que superior. Já lembrei que ela se encontra dos dois lados, e isto quer dizer, entre outras coisas (como sustentar que há reflexão nos dois pólos que imantam a exposição propriamente filosófica), que ela é a um tempo teórica e prática, operando, portanto, a junção de sujeito e objeto em todos os níveis. Assim, ela não só fundamenta a possibilidade de juízos sintéticos a priori, unificando universal e particular, como reconcilia praticamente sujeito e objeto. E reconciliação quer dizer emancipação, superação de um antagonismo. (Pensemos no dinamismo específico envolvendo individuo e sociedade no grande realismo literário, e não só nos romances de formação). De sorte que de um conceito assim tão enfático e substantivo de Razão é natural esperar que implique igualmente as noções também substantivas de justiça, liberdade, felicidade, etc. (O que Hegel viu muito bem no processo multissecular de emancipação-formação pelo trabalho que culmina na Revolução Francesa). Sendo sinônimo de subjetividade emancipada, autônoma, realizada, soberana, a Razão é a cifra mesma da Aufklärung, da auto-reflexão da certeza subjetiva, do sujeito que finalmente se sente em casa.

Novo parêntese. Estou dando de barato que a Dialética da Aufklärung ganharia em precisão histórica se não corresse unicamente pelo trilho um tanto inespecífico da longa duração que da Odisséia a Auschwitz interverte em permanência progresso e retrocesso, liberação e sujeição; ou pela pista apenas formal derivada da constatação de que a modernidade ilustrada gera patologias que não podem ser erradicadas por providências de caráter tradicional, por panacéias conservadoras, pré-modernas, isto é, que o sujeito moderno carece das regras que o orientem e estas não estão mais garantidas pela tradição, o que redundaria em rebater a Dialética numa espécie de axioma sociológico trivial. Isto é, ganharia em precisão se conseguíssemos escandi-la através da periodização da própria expansão capitalista, pois não é outra a substância material da Aufklärung, a menos que prefiramos nos deixar ofuscar pela enésima vez pela ilusão ilustrada ou alguma outra visão moral do mundo capitalista contemporâneo. Assim sendo, continuo insistindo em que o primeiro epicentro da dita Dialética da Ilustração se encontra no olho do furacão às avessas de 48, data magna da bancarrota a caminho da cultura burguesa. Até Nietzsche sabia disso, sua força vem daí.

Retomando. Razão para Hegel era além do mais outras duas coisas também: o mundo moderno se institucionalizando graças a um sistema de mediação entre o Estado e sociedade civil, a convicção portanto de que uma razão substantiva era imanente à nova ordem burguesa emergente; sendo ao mesmo tempo equivalente, ela, essa razão objetiva, a algo como uma sociedade não-antagônica, reconciliada nos moldes da identificação mediatizada (pelo trabalho e pela linguagem) entre sujeito e objeto, síntese que havia escapado às filosofias transcendentais que o precederam. Aqui o nervo da dialética viva, o cimento da convergência entre Crítica e Filosofia (na dupla chave desta última), que vem a ser a mola secreta da Negação Determinada

ou, se preferirem, futuramente Crítica Imanente ou Ideologiekritik, um esquema desenvolvido por Hegel desde os seus primeiros escritos sobre a idéia de Positividade, mais adiante Alienação: é que essa Razão bifronte porque substantiva é ao mesmo tempo conceito e realidade, podendo assim esta última, a realidade, ser confrontada com seu próprio conceito ou, ainda, elevar o seu tempo ao plano do pensamento. (Mais para o fim da vida, Hegel irá laminar o momento negativo dessa noção de Crítica: criticar vem a ser apenas denunciar os equívocos dos que teimam em não se reconciliar com os Tempos Modernos, desfazer falsas representações que se interpõem entre a consciência e o curso do mundo).

Quando a esquerda hegeliana a bem dizer acelerar a cristalização da noção de ideologia, exigindo por via de consequência que se apresse por assim dizer o fim da última filosofia por uma espécie de dessublimação daquela esfera cultural autônoma, estava a rigor dizendo o seguinte: Hegel só é falso, e com ele toda a filosofia que bascula assim no domínio ideológico da falsa consciência, na medida em que afirma que a Razão já está realizada, que, portanto já vivemos numa sociedade não-antagônica, em que indivíduo e universalidade já se encontram reconciliados na mediação recíproca de um pelo outro. Estava armado assim o modelo para a Crítica da Economia Política enquanto “negação determinada”: a teoria do valor-trabalho nada mais era do que uma pergunta, irrespondível sem contradição, dirigida ao capitalismo nos seus próprios termos, a ver se a sociedade burguesa correspondia ao seu próprio conceito. Já sabemos quando e por que o ponto de vista da totalidade (que é o ponto de vista desta última pergunta pela equiparação entre o real e sua idéia) mudou de campo.

Mas não é este o ponto agora, e sim alcançar *História e Consciência de Classe*, se é que ficou claro pelo exposto que no livro ainda podemos surpreender em ato essa filosofia da história inerente ao longo processo de desintegração da filosofia, na sua acepção mais enfática. Aliás, Lukács descreve essa fuga para frente da filosofia tradicional, isto é, propriamente dita, na busca da identidade sempre diferida entre sujeito e objeto. Não surpreende que nessa procura ela vá se enredando em antinomias cada vez mais inextricáveis, aureoladas por uma guirlanda de filosofias-visão-do-mundo, panacéias restauradoras de uma totalidade que mudou de foco e de lugar conforme girou no seu eixo a luta de classes e a generalização das relações mercantis, como já sabemos e Lukács naquele momento reconstitui noutros termos. Como leu muito bem Max Weber, sabe que com a generalização do cálculo econômico e a consequente formalização das relações sociais, que reinterpreta nos termos da reificação que o fetichismo da mercadoria deixa alastrar como um tétano, sabe portanto que já não se pode mais confiar inocentemente no trabalho de toupeira da razão objetiva, cuja substância formalizando-se define rumo à alienação total da experiência da qual a humanidade só escapará graças à reviravolta *in extremis* da Revolução Proletária: é que com o proletariado, e o seu partido, irrompe um ponto de vista em que retorna a Razão Objetiva, a Totalidade de sentido visada pelo sujeito-objeto idêntico dos filósofos cristalizado agora na classe operária revolucionária.

De sorte que o sentido e a liberdade banidos pelo ímpeto formalizador e burocratizante da *ratio* burguesa descrito com frieza iluminista por Weber (devidamente amparada no correspondente decisionismo existencial, último recurso numa sociedade devidamente desertificada) retornam por uma subversão final que ao emancipar a sociedade torna novamente o mundo narrável – e a filosofia enfim definitivamente dispensável. Por onde se vê que a frágil sobrevivência desta última, evoluindo meio clandestinamente no campo proletário, se dá em forma de uma filosofia da história e que está centrada num conceito substantivo de Razão socialmente

existente e apreensível criticamente na modalidade de uma “negação determinada”. Ora, essa derradeira constelação filosófica entra em colapso quando se eclipsa o potencial racional historicamente realizável da sociedade burguesa. Continuo insistindo que a primeira síncope se deu em 1848, obrigando a negação determinada a mudar de campo e de pele, convertendo-se em Crítica da Economia Política.

De um outro ângulo, vejamos de relance o seguinte cotejo: já estamos nos anos 30, esqueci de avisar, achando que não precisava, nas fileiras marxistas mais exigentes (os frankfurtianos históricos), intelectualmente mais exigentes, entendamos (afinal eram mandarins egressos da universidade), quando então engatinhava o futuro marxismo ocidental, *História e Consciência de Classe* já era considerada, juntamente com a Revolução que ela tentara pensar em termos “filosóficos”, uma obra-prima do passado, o proletariado idem, mesmo assim ainda saltava à vista a patética irrelevância de um dos termos no confronto a que aludi e agora específico: do lado profissional da filosofia que ignora o próprio passamento, fenomenologia transcendental ou existencial, tanto faz (que esta última variante tenha desepistemologizado a primeira enquanto lógica do conhecimento), a que se juntava o irmão gêmeo neopositivista; do outro, àquela altura já podemos dizer híbrido, a meio caminho do Instituto de Pesquisa e do Partido revolucionário organizando o vínculo entre teoria e prática no ritmo da luta de classes, do outro lado *quand même*, ainda em uso uma filosofia da história nos moldes de uma *Ideologiekritik*, tendo no horizonte conteúdos históricos a realizar, claro que redefinidos nos termos da teoria do valor-trabalho e da correspondente crítica imanente da alegada troca de equivalentes na esfera da produção, numa palavra, ainda em disponibilidade uma idéia enfática de Razão cristalizada no conflito entre o potencial “racional” das forças produtivas e as relações sociais de produção – enfim, Metafísica aos olhos da ascense profissional do campo adverso. No início dos anos 40, até mesmo este epílogo filosófico tinha deixado de convencer: certos de que o capitalismo totalmente administrado eclipsara de vez suas virtualidades racionalmente produtivas, aqueles mesmos frankfurtianos históricos já não conseguiam encontrar um lugar fora da engrenagem a partir do qual se pudesse identificar e expor à luz do dia a fantasmagoria. Agora, por que diabos um tipo como Adorno continuou a falar em filosofia são outros quinhentos para mais tarde, se houver chance. Habermas pelo menos se compreende, pois as crises do capitalismo tardio são encaminhadas nos quadros de uma argumentação pública sem conteúdos objetivos previamente dados, daí carecermos de uma teoria geral da racionalidade comunicativa. Acharia mais eficiente deixá-la a cargo dos juristas e outros bacharéis da modernidade.